

Museu Goeldi 130 anos de pesquisas botânicas na Amazônia

Pedro L. B. Lisboa*

A origem da área de Botânica no Museu Goeldi se confunde com a criação do *Herbarium Amazonicum Musei Paraensis*, no dia 30 de julho de 1895, quando o belga Jacques Hüber, um dos pesquisadores da equipe de Emílio Goeldi, coletou e herborizou um exemplar de *Cleome aculeata*, uma erva que cresce nos arredores da sede do Museu. Entretanto, o espécime mais antigo do Herbário é outra planta, uma *Chrysobalanaceae*, *Licania macrophylla*, coletada pelo naturalista Robert Spruce em 1849 e resgatada na Europa por Jacques Hüber. Hoje, o Herbário, um dos mais importantes da América Latina, é conhecido como Herbário João Murça Pires, em homenagem ao botânico responsável por sua recuperação, a partir de 1975.

Muitos homens ilustres ajudaram a construir a Botânica no Museu Goeldi. O pioneiro, que com seu trabalho criou as bases do Departamento atual, foi Jacques Hüber. Além de fundar o Herbário e atrair Adolfo Ducke para o Museu, Hüber deixou trabalhos clássicos sobre a flora e a fitogeografia da Amazônia, como os trabalhos sobre a borracha, quando esta era a principal fonte de recursos da economia amazônica, e o célebre *Mattas e Madeiras da Amazônia*.

Adolfo Ducke, que ainda hoje parece um personagem vivo do Departamento de Botânica (DBO), tal a contribuição que deixou sobre a flora amazônica, chegou ao Museu como entomólogo, em 1899, mas não resistiu ao fascínio da flora amazônica e à influência exercida por Jacques Hüber, passando a dedicar-se ao estudo das plantas e deixando centenas de contribuições publicadas. Em 1918, após a morte prematura do mestre e os efeitos do declínio causado pela Primeira Guerra



Jacques Hüber

Mundial e pela queda do preço da borracha no mercado internacional, Ducke se transferiu para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Deixou, contudo, 17.000 exemplares no Herbário, número que permaneceu inalterado por 37 anos, até 1955, quando o CNPq/INPA passou a gerenciar o Museu Goeldi. Neste período de dificuldades, o acervo do herbário foi conservado, com poucas perdas, graças à dedicação do técnico Rodolfo de Siqueira Rodrigues, que por quase 60 anos foi o guardião de todo o acervo científico do Museu.

Nesta nova fase, de subordinação federal, o Museu foi reestruturado sob a direção do geógrafo e botânico Walter Alberto Egler. Este pesquisador logo deu novo alento à Botânica, com a reorganização do Herbário, montagem de exsicatas, expedições para coleta de campo e formação de uma nova equipe, onde se destacou Paulo Cavalcante. Também chegou a organizar uma pequena coleção de madeiras (xiloteca), melhor estruturada a partir de 1979. Depois de realizar 24 expedições científicas em apenas 6 anos, Egler faleceu de maneira trágica na maior queda da cachoeira Macacoara, no alto rio Jari. Da sua época, a ação mais importante para a Botânica foi o convênio celebrado entre o Museu Goeldi, o IAN, o Jardim Botânico de Nova Iorque e o Museu de História Natural de Paris, para expedições nas principais bacias do então Território Federal do Amapá, com a duração de dois anos. Era o chamado Programa Aubréville. Milhares de coletas foram feitas em pouco mais de um ano, quando o programa foi interrompido pela morte inesperada de Egler, no dia 28 de agosto



João Murça Pires

de 1961. Em 1975, a transferência do botânico João Murça Pires do IAN para o Museu Goeldi coincidiu com a implantação do Programa Flora pelo CNPq. Nesta época, 14 pesquisadores foram contratados e treinados em taxonomia vegetal e ecologia de campo. Hoje, este grupo constitui uma parte do quadro de botânicos do Departamento. Nesse período, Murça lutou pela implantação de um programa de excursões botânicas, resultando na elaboração de um convênio de cooperação binacional entre os Estados Unidos, através da National Science Foundation e o CNPq. O Herbário do Museu, com este programa, aumentou em 43.000 números a sua coleção. Oitenta e uma espécies novas foram descritas apenas com as coletas feitas até 1981. Atualmente, o Herbário conta com mais de 150.000 amostras e 2.000 tipos, sendo estas amostras (tipos) muito importantes cientificamente porque nelas estão baseadas as descrições botânicas e aplicados os nomes para as novas espécies. O batismo dos tipos com um nome científico equivale, como diria Paulo Cavalcante, à "certidão de nascimento de uma pessoa." Quanto à xiloteca, a coleção tem hoje mais de 7.000 amostras.

Desde o início, o DBO esteve voltado para as pesquisas nas áreas de taxonomia, fitogeografia e etnobotânica. Hoje, ao lado de outras linhas de pesquisas, constituem as diretrizes de pesquisa dos botânicos do Museu Goeldi. O DBO conta com 20 pesquisadores, além de vários bolsistas. É um pólo gerador e irradiador do conhecimento sobre a biodiversidade regional, preparando o Museu para o desafio do novo milênio que se avizinha.

* Pesquisador do Departamento de Botânica do Museu Goeldi/CNPq.

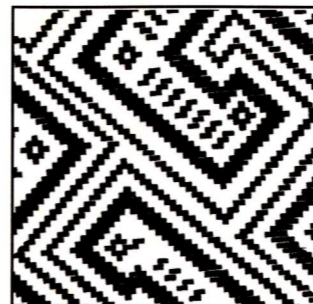
AMAZÔNIA

DESTAQUE



Arte Indígena

O interesse estético pela produção material dos índios levou à criação da Antropologia da Estética. Lúcia van Velthem analisa aspectos da sociedade mundurukú por meio da cestaria. Pág. 3.



Entrevista

Gersen dos Santos, índio baniwa e atual Secretário de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), fala sobre o movimento indígena na Amazônia. Pág. 10 a 11.



Rio Negro demarcado

Índios e pesquisadores comemoram a demarcação física das cinco áreas indígenas do Rio Negro, iniciada em maio de 1997. A organização política dos índios e o apoio de várias instituições foi fundamental para a garantia da posse da terra. Pág. 5 a 8

O P I N I Ã



A questão indígena não deve continuar a ser debatida apenas por estudiosos desse assunto, sob pena de se perpetuar na grande maioria da população brasileira preconceitos vigentes há quase cinco séculos, segundo os quais o índio é coisa do passado, em ser exótico, livre, natural e incapaz. É hora da sociedade nacional aprender a respeitar e conviver com a diferença.

Os índios mudaram. Aprenderam a se defender, a se organizar politicamente, a fazer valer seus direitos a variados recursos, bens e serviços. E, juntamente com a valorização de suas culturas, estão mudando uma sociedade que desconhece as condições de existência em que vivem, os problemas com os quais se defrontam ou as razões de insistirem em dar continuidade à sua etnia.

Esse número do "Destaque Amazônia" traz a experiência dos índios do Rio Negro, no noroeste do Estado do Amazonas. Explorados há séculos por comerciantes, militares e missionários, os povos do Rio Negro aprenderam que a organização os fortalece, a ponto de terem conseguido a demarcação física de suas terras. Fato raro e um bom exemplo de como a união de esforços entre populações tradicionais, cientistas e instituições

* Em abril de 1997, o Museu Goeldi ganhou 22 novos bolsistas, integrantes do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os bolsistas desenvolverão 15 projetos de pesquisa, difusão científica e planejamento, dentre os quais destacam-se o "Inventário Zoológico de Áreas Críticas da Amazônia Brasileira", "Implementação de um Laboratório de Sensoriamento Remoto no MPEG", "Energia Elétrica Gerada pela Maré", "Evolução dos Mamíferos Neotropicais" e "Implantação do Banco de Dados de Informações Jornalísticas em C&T na

Amazônia." Este último projeto teve, inclusive, o financiamento total aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

* A exposição "Nossas Florestas, Nossa Herança", montada pelo Instituto Smithsonian (EUA) e pelo Museu Goeldi, fez sucesso na Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde

esteve aberta ao público de 25 de março a 20 de abril. A exposição itinerária há dois anos por toda a América Latina, com o apoio da Fundação John e Catherine MacArthur e do SESC. Informações pelo telefone (091) 249-2595, com Antônio Ferreira.

G I R O

diversas pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida na Amazônia.

Gersen dos Santos, índio Baniwa e atual Secretário de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), poderia muito bem simbolizar essa mudança de perspectiva no movimento indígena. Líder comunitário, formado em Filosofia, já viajou por vários países do mundo em busca de apoio à causa de seu povo. Ele é o entrevistado desta edição do "Destaque."

O leitor encontrará, ainda, informações sobre os Maku, povo que habita o Rio Negro, e sobre uma expedição que refez, 82 anos depois, a viagem de Carlos Chagas à região. Um artigo sobre arte indígena mostra como o estudo da produção material dos povos indígenas pode contribuir no entendimento dos complexos sistemas sociais em que vivem.

Ficam registrados, por fim, os nossos parabéns aos povos do Rio Negro pela conquista definitiva de suas terras. Boa leitura!

P.S. Esta edição do "Destaque Amazônia" foi publicada em junho de 1997.

e x p e d i e n t e



Presidente da República
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ministro da Ciência e Tecnologia
JOSÉ ISRAEL VARGAS

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
JOSÉ GALÍSIA TUNDISI



Diretora
ADÉLIA E. DE O. RODRIGUES

Diretor Adjunto de Pesquisa
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

Diretora Adjunta de Difusão Científica
HELENA ANDRADE DA SILVEIRA

DESTAQUE AMAZÔNIA
Serviço de Comunicação Social
do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av. Magalhães Barata, 376
Cx. Postal 399 - Belém - Pará - Brasil
Fone: (091) 249-0163 Fax: (091) 249-6373
e-mail: scs@museu-goeldi.br

EDIÇÃO
Nelson Sanjad
Reg. Prof. 1057 DRT/PA

REPORTAGEM
Márcia Serrano e Nelson Sanjad.

COLABORAÇÃO
Lúcia Hussak Van Velthem, Márcio Meira,
Jorge Pozzobon, Antonio Maria Santos,
Pedro Lisboa e Instituto Socioambiental

FOTOS
Márcio Meira

PROJETO GRÁFICO
Sérgio Bastos

FOTOLITOS
Omni Graphics

IMPRESSÃO
Imprensa Oficial do Estado do Pará

Apoio: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais
Sub-Programa de C&T - PP/G7
MMA/MCT/Finep

Antropologia da estética

É o ramo da ciência antropológica que estuda a arte indígena e que nos permite entender melhor como se organizam essas sociedades.

Lúcia Hussak
van Velthem*

O recolhimento de objetos manufaturados das culturas ameríndias teve início com a descoberta do Novo Mundo, tornando-se conhecidos na Europa também por meio das crônicas orais e escritas, gravuras e desenhos. Eram apreciados, na época, muito mais por seu exotismo e pela raridade dos materiais constituintes do que por suas qualidades artísticas. Integravam os "gabinetes de curiosidades", precursores dos atuais museus, nos quais eram colocados junto a animais empalhados, pedras, conchas, madeiras, etc.

Da segunda metade do século XVIII até fins do XIX, viajantes e naturalistas europeus percorreram as Américas recolhendo para estudos elementos da fauna, flora e minerais. Paralelamente, coletavam artefatos indígenas, posteriormente conduzidos para a Europa e depositados em instituições públicas.

No século XIX se começou a colecionar objetos com o objetivo principal de evitar a perda não apenas das culturas indígenas, fadadas à extinção, mas do que esses artefatos poderiam testemunhar a respeito da origem e da evolução do homem. O valor atribuído

aos objetos era essencialmente ligado à sua capacidade de informar sobre os estágios primitivos da cultura humana, assim como de um passado comum que confirmasse a superioridade européia.

Os primeiros estudos dedicados ao assunto foram feitos com objetos encontrados em museus ou retirados de escavações arqueológicas. Contos, trechos de música ou descrições de danças eram também coletados e trazidos por viajantes e pesquisadores e organizados de acordo com a forma e técnica, relegando a segundo plano as manifestações estéticas enquanto meio de informação sobre as sociedades criadoras.

Anos depois, o antropólogo Franz Boas percebeu a ligação entre os objetos fabricados pelos povos da costa noroeste dos Estados

Unidos e as "idéias possuídas pelos artistas nativos". Nascia assim a antropologia da estética, que estuda as produções artísticas dos povos indígenas. Procurando mostrar a grande importância da função estética nestas sociedades, as principais contribuições desse ramo da ciência antropológica versam sobre as chamadas artes visuais, como a decoração corporal e os objetos (plumária, cestaria, cerâmica), nos quais a arte serve como meio de armazenamento (memória) e de transmissão de informações, como se fosse um livro. No caso das sociedades indígenas, a produção, uso e contemplação dos objetos artísticos representam uma forma de conhecimento, pois através da arte são transmiti-

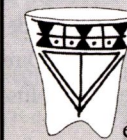
das referências sobre a vida em sociedade: o sexo, a idade, o grau de parentesco, o grupo, o casamento e também noções sobre a natureza e a religião.

Nas sociedades indígenas, o conhecimento artesanal está ao alcance de todos, pois o artista confecciona coisas úteis para o dia-a-dia da vida comunitária, como

os cestos de carregar. Esses mesmos objetos ajudam os membros da comunidade a entender as complexas regras de vida do grupo e se tornam também uma forma de expressar o mundo sobrenatural que se pode ver e tocar pela estreita vinculação da arte com as crenças das sociedades indígenas, tornando-a um elemento fundamental para a valorização e identidade do grupo. Devido a esses fatores, os objetos indígenas, até mesmo depois de arrancados de seu meio e colocados em vitrines de museus, emitem ecos de sua origem. Ecos que permitem uma reflexão a respeito de nossas próprias relações com as comunidades indígenas.

*Antropóloga, Depto. de Ciências Humanas/MPEG/CNPq
Colaborou Nelson Sanjad

Tramas sociais dos Mundurukús



O cesto itiu, fabricado com palha de tucumã, é utilizado para transporte de produtos. Confeccionado pelo homem e oferecido à esposa ou filha solteira, ele é um painel que permite visualizar e identificar a estrutura da família. Os motivos decorativos são feitos pelo homem e informam sobre os ancestrais do artista. A alça é feita pela mulher, de entrecasca branca ou vermelha. A aplicação dessas cores pelas mulheres indica o clã a que elas pertencem. As "metades", feitas pelo marido e pela esposa, regulam os matrimônios e compartilham características de reciprocidade e rivalidade. Por exemplo, o itiu de alça vermelha informa que a dona pertence à metade "vermelha" e, ao mesmo tempo, esclarece que o marido pertence à metade "branca", confirmada pela pintura do cesto (desenhos).



Etnoeducação

Projeto da Universidade Federal do Pará resiste a falta de verbas

Garantir a continuidade da cultura indígena deve ser um dos compromissos da "cultura branca", que há 500 anos iniciou um violento processo de extermínio dos primeiros moradores do continente. Os projetos de educação indígena hoje existentes, mantidos por várias instituições do país, trabalham com esse objetivo: perpetuar a cultura das sociedades indígenas por meio do estudo e ensino da língua, elemento fundamental para a identidade do grupo.

O projeto de etnoeducação coordenado por Eneida Assis, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do

Pará, pode acabar por falta de recursos financeiros e de pessoal. Implantado em 1990 junto com lingüistas e profissionais ligados à área de saúde pública, o que lhe garantiu o caráter interdisciplinar, o projeto deu ênfase a novas formas de aprendizagem, desenvolvendo trabalhos em três fases: lingüística indígena, educação lingüística e identidade e educação cabocla, esta última levada junto às populações ribeirinhas. A equipe esteve presente

nas áreas dos Palikur (AP, fronteira do Brasil com a Guiana Francesa), Parakategês (antigos índios Gavião, Marabá, PA),

Anembés (região do rio Moju, PA, conhecidos como "índios caboclos") e Makurapés (RO).

Durante os seis anos de vigência do projeto, os pesquisadores lutaram contra a falta constante de investimentos. A publicação de um livro e uma compilação de artigos

apresentados dentro e fora do país por pesquisadores envolvidos no trabalho não foi suficiente para garantir a manutenção das atividades. No ano passado, o projeto não teve fôlego nem apoio financeiro para continuar.

Hoje está em trâmite de renovação o projeto "Uma proposta escolar para as áreas indígenas: os Palikur", que pretende investigar a região do Oiapoque (AP) e desenvolver ações que possam beneficiar as etnias estudadas por meio de cursos e assessorias. O projeto conta com o apoio da Secretaria de Educação do Estado do Amapá.

Foto Rogério Reis



AGENDA

* A Semana Nacional do Meio Ambiente foi comemorada no Museu Goeldi com a mostra interativa "Os Primeiros Habitantes da Amazônia", dedicada aos estudantes de 1º grau. A exposição conta como a Amazônia foi povoada, como viviam os primeiros povos da região (cerca de 12.000 anos atrás) e que vestígios deixaram para as civilizações futuras. Cenários, painéis e brincadeiras estimulam as crianças a aprender um pouco mais sobre nossa pré-história. A mostra fica aberta até o mês de outubro. Como atividade paralela, o Serviço de Educação criou "A Hora do Conto", um programa educativo que utiliza fantoches, bonecos e fantasias para dramatizar mitos indígenas. Informações pelo telefone 249-1233 (ramal 222);

* O Museu Goeldi seleciona até o início de julho os 53 novos bolsistas de iniciação científica, nas áreas de Zoologia, Botânica, Ciências da Terra e Ciências Humanas (Antropologia, Lingüística e

Arqueologia). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), mantido pelo CNPq, comemora em 1997 cinco anos no Museu. Desde que foi criado, já passaram pela instituição 185 bolsistas, muitos dos quais seguem a carreira acadêmica em cursos de pós-graduação. A turma que está "saíndo" apresentará seus trabalhos no V Seminário do PIBIC, de 1º a 3 de julho. Os interessados em participar podem procurar a Diretoria de Pesquisa, (091) 246-1868, falar com a Sra. Carmem Silva. Inscrições abertas até 30 de junho;

* Mercado para o período de 19 a 22 de agosto o Seminário "A Presença de Galvão na Antropologia Brasileira", em homenagem a Eduardo Galvão, cientista que renovou a área de Ciências Humanas do Museu Goeldi, na década de 50, e ampliou os estudos antropológicos com novas abordagens. Informações na Diretoria de Pesquisa, (091) 246-1868, falar com a Sra. Denise Ramos.

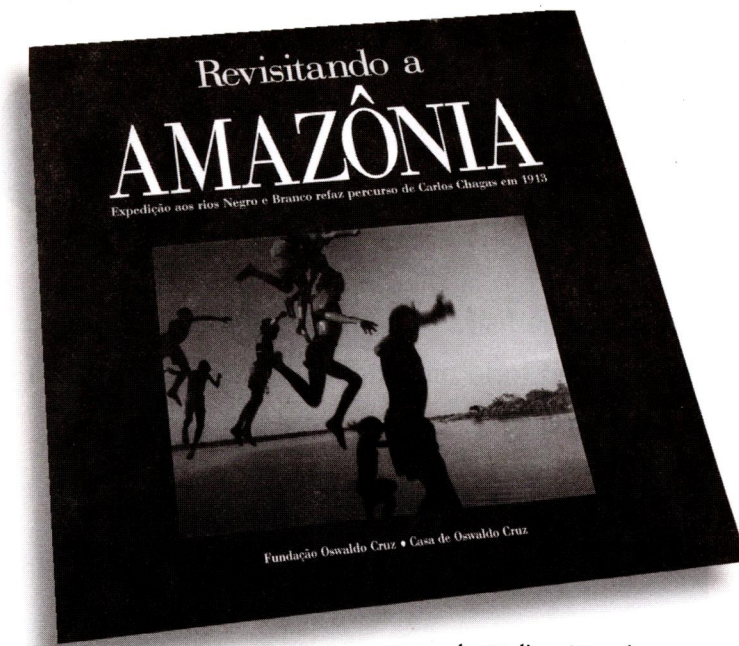
Rio Negro revisitado

Expedição refaz a vigem de Carlos Chagas à Amazônia, realizada em 1913

Em 1995, o itinerário deixado pela memória da expedição ao Rio Negro (AM), chefiada pelo médico e pesquisador Carlos Chagas, do Instituto Oswaldo Cruz (RJ), em 1913, foi seguido por um grupo multidisciplinar de 18 profissionais de diversas instituições de pesquisa. O Museu Goeldi foi representado pelo antropólogo Antônio Maria de Souza Santos, que coordena o Grupo Interdisciplinar de Ciências Sociais em Saúde (MPEG/UEPA).

O principal objetivo do grupo foi documentar as condições atuais de vida e saúde das populações ribeirinhas (indígenas, caboclas e urbanizadas) dos vales dos rios Negro e Branco, a fim de compará-las com as observações de Carlos Chagas e sua equipe durante a viagem pelos mesmos lugares 82 anos antes.

A expedição de Chagas fazia parte de um processo de interiorização das ações de saúde pública, que se desenvolveu a partir do início deste século. O Instituto Oswaldo Cruz associou-se a estes esforços, comandando estudos e supervisionando a prevenção de doenças em obras de infra-estrutura no interior do país, como barra-



gens e ferrovias. Arthur Neiva, Belisário Penna e Adolpho Lutz chefiaram expedições para o interior do Nordeste e Centro-Oeste no mesmo período em que Chagas esteve no Amazonas.

A expedição de 1995 foi organizada pela Casa de Oswaldo Cruz, parte integrante do projeto "Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade". Em 1991, foi realizado o primeiro percurso, pelos rios Solimões, Juruá e Tarauacá. Em 1995, os rios Negro e Branco foram visitados e, em 1997, a última etapa do projeto, foi a vez dos rios Purus, Acre e Iaco.

A viagem pelo vale do rio Negro teve início em São Gabriel da Cachoeira e durou

cerca de 45 dias. A equipe levantou dados sobre a saúde e o ambiente da região, coletou objetos da cultura material e insetos para estudos e realizou ampla documentação fotográfica, videográfica e sonora. Várias plantas utilizadas com fins medicinais foram identificadas, e ainda as concepções de saúde e doença, cura, corpo, morte, etc. O atendimento médico de emergência foi uma constante durante todo o percurso.

As doenças verificadas por Chagas ainda constituem alguns dos principais problemas de saúde no vale do rio Negro. A malária é um grande mal, assim como as verminoses, as doenças respiratórias agudas, as intestinais e as infecciosas. Hoje em dia, embora existam hospitais nas

sedes municipais, a ausência crônica de profissionais de saúde compromete gravemente o atendimento. Todavia, algumas alternativas buscadas pelas próprias comunidades minimizam tais deficiências, como o caso dos agentes de saúde e a utilização da fitoterapia (uso de plantas medicinais).

O projeto "Revisitando" irá apresentar, a curto, médio e longo prazos, vários produtos, como livros, relatórios, catálogos, exposições, vídeos e trabalhos de pesquisa nas comunidades visitadas.

As publicações

Dois livros já foram publicados pela Fundação Oswaldo Cruz, resultantes do projeto "Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade". "A Ciência à Caminho da Roça", editado em 1991, traz a memória da expedição realizada entre 1911 e 1913, com farta documentação fotográfica. "Revisitando a Amazônia" (foto), de 1996, igualmente ilustrado, é uma crônica da viagem de 1995. Ambos os livros podem ser adquiridos na Casa de Oswaldo Cruz (RJ), telefone (021) 590-3690, e no Museu Goeldi (PA), telefone (091) 246-1868.

Programa Rio Negro

Em maio de 1997 começou a demarcação física da área indígena do Rio Negro. A longa luta pelo direito de posse do território uniu índios e pesquisadores para a implantação de um plano de desenvolvimento para a região.

O território indígena do Rio Negro, no noroeste do Estado do Amazonas, foi reconhecido oficialmente em 1996. As cinco terras contíguas (Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa e Rio Apaporis) somam 108.111 km² de área, onde moram cerca de 30.000 pessoas de 21 diferentes grupos étnicos das famílias Tukano, Arwak e Maku. Uma organização não governamental, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), formada por 23 organizações de base, teve um papel fundamental na coordenação dos interesses desses grupos e na articulação com autoridades do governo brasileiro para efetivar a demarcação física das cinco terras delimitadas.

Durante todo o período de negociação para a demarcação, a FOIRN contou

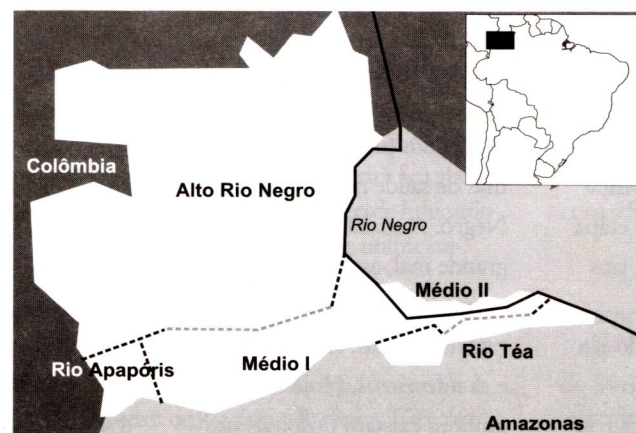


Índias de aldeia Tukano, Rio Negro (AM)

com o apoio de várias instituições, dentre as quais destaca-se o Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental sediada em São Paulo. Trata-se de um bom exemplo de aliança entre pesquisadores e comunidades

indígenas, que pode, na prática, contribuir para que essas comunidades tenham seus direitos garantidos e vida mais digna. Apenas no período de 1993 a 1996, o trabalho desenvolvido pela parceria foi da construção da sede da

FOIRN e treinamento de pessoal à implementação de uma rede de comunicação e transporte e estruturação de um banco de dados que relaciona a localização e denominação de cerca de 700 povoados, com informações sobre população, grupos



étnicos e línguas, formas de ocupação territorial, atuações de agências oficiais, serviços de saúde, educação e comunicação, atuação missionária e confissão religiosa.

Mas esses já são os primeiros resultados de uma longa história. Foram precisos 20 anos de luta para que o Governo Brasileiro se comprometesse em demarcar as terras dos índios do Rio Negro. O final da "novela" mostrou, afinal, quem está do lado dos índios e como a Ciência tem muito a fazer pela Amazônia.

A história de um conflito

A partir de 1989, vigorou no Alto Rio Negro o reconhecimento de apenas uma parte das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Sob protestos destes, cerca de 70% das terras foram transformadas em Florestas Nacionais, as quais permitem a exploração econômica dos recursos naturais por terceiros, dentro de seus limites. O retalhamento das terras em 14 áreas indígenas descontínuas seguiu o modelo do Conselho de Segurança Nacional, que se opunha à demarcação das áreas próximas à fronteira.

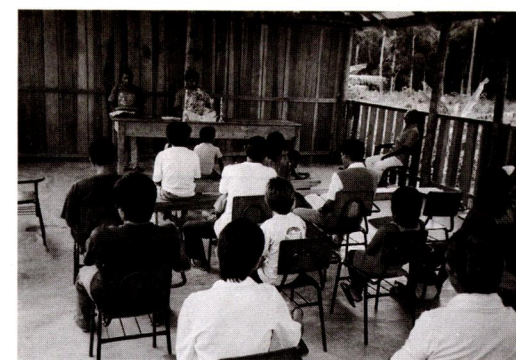
Em 1991, acolhendo as reivindicações das associações

Os povos do Rio Negro

Arapasso, Baniwa, Bará, Barasana, Baré, Dessano, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makú, Makuna, Miriti-Tapuia, Piratapuia, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanano, Werekena.

indígenas da região, o Ministério Público moveu uma ação na Justiça contra a União, Funai e Ibama, pedindo o reconhecimento e demarcação de todo o território. Um ano depois, a Funai reverteu sua posição e aprovou a alteração da área, mas a unificação do território do Alto Rio Negro só foi efetivada em 1996, após muitas idas e vindas da burocracia federal.

Temendo que as atividades garimpeiras se alastrassem pela região e estimulados pelo apoio que os moradores do Alto Rio Negro vinham recebendo de organismos públicos, privados e pesquisadores, os índios residentes no Médio Rio Negro criaram a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), entidade que - juntamente com a FOIRN - solicitou à Procuradoria Geral da República, em 1992, o reconhecimento da Área Indígena do Médio Rio Negro, contígua à do Alto Rio Negro.



Índios reunidos celebram missa



Garimpeiros: ameaça constante

Até então, a Funai negava a existência de índios nessa região, fato comprovado por um laudo antropológico especialmente escrito por Márcio Meira, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O novo processo per-

maneceu na Justiça até 1993, quando a Funai mais uma vez foi obrigada a reconhecer a legitimidade do pedido dos índios. Um Grupo de Trabalho foi formado para identificar e delimitar o território, chegando às atuais áreas que estão sendo demarcadas. Juntamente com a demarcação do Alto Rio Negro, em 1996, as áreas do Médio Rio Negro, Rio Apaporis e Rio Téa foram reconhecidas, graças ao movimento indígena da região e ao apoio decisivo de pesquisadores e instituições diversas.

O Museu Goeldi no Rio Negro

É de longa data o interesse dos pesquisadores do Museu Goeldi pelos índios do Rio Negro. O primeiro registro de presença da instituição na região data de 1905, quando Theodor Koch-Grünberg, em passagem pelo Brasil, por lá viajou com o apoio do Museu. Dessa expedição deixou mais de 500 peças na instituição, que hoje constituem uma das mais importantes coleções etnográficas do mundo.

Curt Nimuendaju, na década de 20, também esteve na região. Não formou grande coleção, mas a fértil colaboração com o Museu acabou por lhe permitir a elaboração do primeiro mapa etno-histórico do Brasil, hoje depositado no Arquivo do Museu.

Nos anos 50, Eduardo Galvão iluminou os estudos antropológicos com novas abordagens. Esteve por duas vezes no Rio Negro

e acabou por estimular outros pesquisadores a fazê-lo, como Adélia Rodrigues, já na década de 70. Como resultado, novas coleções e vários artigos escritos.

Antônio Maria de Souza Santos, ainda nos anos 70, realizou o único estudo existente sobre São Gabriel da Cachoeira. Nos anos 80, dentro do convênio MPEG/CNPq/ORSTOM (França), Dominique Buchillet trabalhou no Rio Negro e Márcio Meira iniciou estudos que contribuíram para a demarcação das terras indígenas.

Desde 1995, Lúcia van Velthem estuda o artesanato feminino indígena em São Gabriel e, juntamente com Márcio Meira, iniciaram um novo tipo de relacionamento com as comunidades indígenas da região por meio de assessoria à FOIRN.

E agora?

Todos estes acontecimentos recentes colocam uma nova agenda para os índios da região. Para o ISA, se até o presente a FOIRN dedicou-se principalmente à questão do reconhecimento dos direitos territoriais, a partir de agora terá que enfrentar outras demandas, como o controle efetivo dos limites demarcados, a sobrevivência das comunidades residentes (subsistência, geração de renda), assistência de saúde e educação escolar, as relações com os militares instalados na fronteira e a pressão externa pela exploração dos recursos do subsolo.

Alguns projetos-piloto já foram iniciados em busca de alternativas econômicas na área de piscicultura e garimpage. Mas os diagnósticos dos antropólogos que trabalham na área apontam para a urgência de respostas a questões sociais e ambientais, como a concentração demográfica em São Gabriel da Cachoeira e a produção de alimentos (os rios da região têm baixa piscosidade e apenas 30% das terras são aptas para a agricultura).

A parceria ISA/FOIRN deve implantar, em 1997, outros projetos que conciliem a proteção ambiental à satisfação das atuais demandas das populações residentes na região. Dependendo dos resultados dessas iniciativas, a FOIRN e seus colaboradores trabalharão num plano de desenvolvimento socioambiental para o conjunto da bacia do Rio Negro, cuja meta principal seja garantir a autonomia e a sustentabilidade dos territórios indígenas recentemente reconhecidos.

No tempo dos patrões

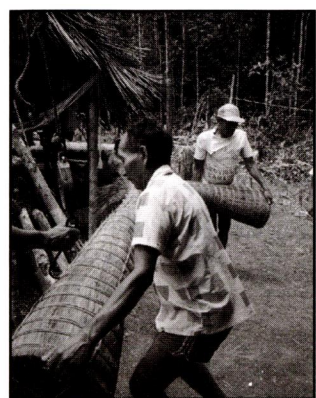


Para o comércio da piçava no Rio Negro, a fibra é amarrada e pesada

A atividade extrativista tem uma importância histórica significativa para a região do Rio Negro (AM), particularmente no Rio Xié, onde a extração e o comércio da fibra piçava corresponde à própria história do contato dos índios com os brancos. É esse o tema dos estudos de Márcio Meira, antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Segundo o pesquisador, o comércio das fibras de piçava e de cipó remonta ao século XVII e, assim como no passado, essa transação entre comerciantes brancos e índios é caracterizada por variadas formas de violência, que configuram o trabalho dos índios como de semi-escravidão.

No Rio Xié vivem sete povos diferentes, com predominância dos Werekena e Baré. A popu-

lação vive em "comunidades", nome dado pelos missionários católicos e protestantes às antigas malocas comunais que constituíam uma aldeia. Há mais de três gerações que os índios não vivem mais nas ditas malocas, presentes hoje apenas na memória dos mais velhos. A extração da piçava se dá entre os meses de maio a setembro, quando os índios deixam as "comunidades" ou sítios e se deslocam aos locais de corte e processamento. No restante do tempo, se dedicam à caça, pesca e coleta.



Processamento e transporte da piçava

Esse ciclo

anual demonstra que a atividade extrativa não está dissociada das demais atividades cotidianas dos



Interior de um regatão, com toda sorte de produtos a serem vendidos aos índios

índios. Pelo contrário, a extração da piçava garante aos índios, por meio do comércio com os brancos, uma série de bens industrializados que foram sendo incorporados à sua vida doméstica, surgindo assim tensas relações sociais, políticas e econômicas entre ambos. Após o corte e o processamento da fibra, ela é entregue aos "patrões" como pagamento de dívidas contraídas ante-

riormente, realimentando o célebre sistema de *aviamento* e *regatões*, baseado em dívidas e na velha

diferença entre os preços do produto extrativo e das mercadorias "vendidas" pelos comerciantes. A literatura está repleta de documentos atestando a exploração e violência física contra os índios.

Atualmente, tem se fortalecido entre os índios a idéia de controlar

o transporte da piçava, o que reduziria ou quebraria o monopólio dos "patrões." As associações indígenas, como a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, certamente contribuíram para uma mudança de mentalidade, especialmente na necessidade da criação de cooperativas, o que pode ser, para Márcio Meira, a melhor saída para os índios

Maku way of life

Jorge Pozzobon*

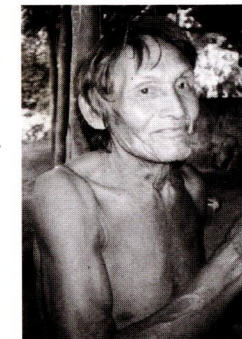
Se você passar alguns dias numa aldeia Tukano, na região do Rio Vaupés, talvez note a presença de uns poucos índios cujos modos discretos e tímidos contrastam com os gestos altaneiros e resolutos da maioria. Interrogado sobre esses indivíduos esquivos, o Tukano responderá um tanto surpreso: "Ah, são só os Maku," e mudará logo de assunto. Os Tukano se consideram patrões. É como se você demonstrasse interesse pelos domésticos das pessoas que visita.

Mas se você acompanhar esses "domésticos", verá que tão logo entram na floresta, eles se tornam falantes e engraçados. Riem uns dos outros e fazem piadas a respeito dos Tukano. Você tampouco vai escapar dos gracejos durante o percurso. Depois de algumas horas de caminhada por uma trilha que mal se divisa, você chega a uma aldeia, no centro da mata. E logo se surpreende com o tamanho diminuto das palhoças, com a ausência de paredes e sobretudo com a desordem: cestos, panelas velhas, facões enferrujados, ralos de mandioca cheios de rachaduras se espalham ao acaso pelo chão, onde o último usuário os deixou.

Com a chuva de fim de tarde, as pessoas vão mudar a posição das redes para escapar das goteiras generalizadas. Depois, haverá muitas poças d'água, onde os bebês se divertem brincando com cachorrinhos magricelas. Em volta das palhoças, proliferam monturos de casca de mandioca, cestos podres, pele e ossos de animais caçados, entre pés de pimenta, tabaco, ipadu e mirradas plantações de mandioca. A uns poucos

passos, a floresta sombria e úmida completa a paisagem, parecendo querer engolir a aldeia. E quando finalmente você entender que aquilo não é um acampamento provisório (é ali mesmo que eles moram!), você vai se perguntar pela ordem que provavelmente existe por trás desse alegre desmazelo.

Os Maku do Vaupés não gostam de plantar. Eles têm duas palavras para significar trabalho humano: *brny* e *getkomy*. *Brny*, isto é, abrir clareira, queimar, plantar, colher e fazer farinha - tudo



isso é muito enfadonho. *Getkomy*, ao contrário, é prazeroso. Significa passear, caçar, viajar pelo mato. Esses índios têm uma economia centrada na caça, a despeito da horticultura que praticam, aliás bem modesta se comparada à dos Tukano, com quem admitem terem aprendido a plantar.

É quase um truismo dizer que existem razões práticas para essas preferências culturais. Uma economia centrada na caça obviamente implica em certos padrões de ocupação espacial: aldeias pequenas e dispersas num vasto território, uso alternado de áreas de caça, deslocamentos periódicos de aldeias para áreas

menos exploradas, divisão de aldeias em aldeias menores quando a população ultrapassa certos limites.

A estadia num acampamento de caça é muito rênosa. Na volta para casa, os moradores convidam habitantes de outras aldeias Maku, e neste caso há uma grande festa, ou eles vão até as aldeias Tukano oferecer carne de caça em troca de produtos cultivados. E nessas ocasiões que o visitante os verá pelos cantos, inibidos.

Podem ser também que os Tukano os convidem a trabalhar em suas extensas roças. Neste caso, eles permanecem agregados aos seus "patrões" por algumas semanas ou até meses. Na verdade, os Maku tiram vantagem desta relação



de trabalho em que eles aparecem como polo inferior. Enquanto trabalham nas roças Tukano, suas próprias roças estão em pousio. Eles obtêm porções extra de produtos cultivados sem terem de aumentar suas próprias plantações e, com isto, se tornarem menos livres para *getkomy* (passear/caçar/viajar).

A mobilidade é um valor cultural para os Maku, não apenas por causa da importância que eles dão à caça, mas também pelo

próprio caráter fluido da sociedade Maku. Quando eles se desentendem, em vez de arbitrarem os conflitos através do julgamento de um sábio ou chefe, eles se dispersam no espaço, vão caçar, comerciar com os Tukano ou fundar novas aldeias. Ou, como eles mesmos dizem, "quando a gente briga, a gente vai para o mato e fica lá até a raiva passar."

A sociedade Maku é disjuntiva, no sentido de que eles relegam ao tempo, à distância e à própria floresta a tarefa de resolver suas pendengas. O mito principal relata as aventuras de Kegn Teh (filho do osso, alusão ao pênis), sobrevivente de um incêndio que pôs fim à criação anterior. Sozinho em meio a um

mundo desolado, ele tenta repetidas vezes recriar a humanidade. Nessa faina, comete uma série de trapalhadas, razão pela qual hoje em dia existem certos desconfortos, como o trabalho nas roças ribeirinhas (*brny*), os desen-tendimentos entre as pessoas, as doenças, a morte... Aliás, a morte de um adulto ou os desen-tendimentos são fortes motivos para uma aldeia mudar de local ou se dispersar em aldeias

menores, ou ainda em acampamentos de caça. Assim, se um dia você entrar numa aldeia em aparente balbúrdia, onde uns índios alegres e displicentes se amontoam dentro de umas palhoças diminutas e meio avariadas, não se surpreenda. Existem razões de sobra para eles viverem assim. Algumas são práticas. Outras... mais da ordem dos humores.

*Antropólogo, Depto. de Ciências Humanas/MPEG/CNPq

Em busca da identidade

Entrevista com Gersen dos Santos, ex-presidente da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB, sediada em Manaus, e atual Secretário de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira (AM)

Por Nelson Sanjad*

No final de 1996, o Museu Goeldi recebeu a visita de dois índios interessados em conhecer a coleção etnográfica da instituição, particularmente as peças provenientes do Rio Negro (AM), onde habitam. Gersen dos Santos, índio Baniwa, então presidente da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB, sediada em Manaus, e Abraão de Oliveira França, Baré, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira (AM), durante horas ficaram a manusear armas, máscaras, adornos, utensílios, instrumentos musicais e objetos ritualísticos já não fabricados pelo grupo. Gersen e Abraão sabem que esses objetos, uma vez incorporados ao acervo de um Museu, adquirem um valor estético próprio, que lhes valoriza a cultura e estimula o grupo a retomar tradições abandonadas há muito tempo.

Ao final da visita,

Gersen conversou com o "Destaque Amazônia." Ex-líder da mais importante organização indígena da Amazônia, a COIAB, fundada em 1989, é formado em Filosofia e atual Secretário de Educação do Município de São Gabriel

movimento indígena na Amazônia hoje?

Gersen dos Santos: O movimento indígena está numa fase boa, numa das melhores quanto à articulação. Foi o grande avanço dessa década. Isso não significa que no campo práti-

ção brasileira indígena é uma das melhores da América Latina, mas pouca coisa é efetivada. Em termos de região, o Norte está mais articulado. É a vanguarda do movimento. Mas é também contraditório porque você tem as organizações mais fortes (Amazonas, Acre, Roraima e Amapá) e as menos articuladas (Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso). Isso a gente percebe nas lutas políticas travadas em Brasília.

D.A.: Por que essa contradição?

G.S.: As razões seriam duas: temos populações nesses estados que não aceitam esse modelo de organização formal dos índios,

como os Kayapó (PA). Eles são fortes internamente, mas não conseguem se articular com outros povos. A outra razão é que estados como o Pará não têm quase fronteiras externas, ao contrário de outros estados amazônicos. A existência de fronteiras forçou os grupos indígenas a se articularem para se fortalecer.



Foto: Flávio de Souza

A extração e comercialização das fibras é um dos principais itens da economia do Rio Negro

da Cachoeira (AM). Ele certamente representa um novo momento da história do país, no qual "inconstantes", "dóceis" e "incapazes" índios tornam-se cidadãos que sabem o que querem e o que precisam fazer para sobreviver.

Destaque Amazônia:
Como está organizado o

co tenhamos muitas conquistas. Há também desníveis nessa articulação de estado para estado ou região para região. Mas, de maneira geral, há boa articulação regional e nacional. Somam-se esforços para fortalecer o movimento indígena. O maior desafio é garantir efetivamente os direitos indígenas. A legis-

D.A.: Qual a atuação da COIAB?

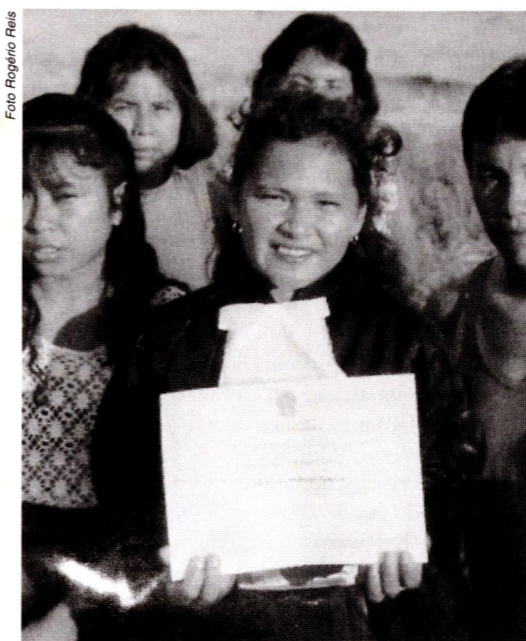
G.S.: A partir da identidade própria do movimento indígena, temos o objetivo de buscar e garantir o espaço próprio dos índios na sociedade, possibilitando uma relação que dê ao índio uma perspectiva de futuro. Buscamos uma forma de convivência, mas num espaço próprio. Buscamos, também, possibilitar a própria sobrevivência digna dos povos indígenas, com educação, saúde e alimentação.

D.A.: O decreto 1775 causou problemas na área indígena do Rio Negro?

G.S.: Sim, houve contestações feitas pelos municípios e pelo próprio IBAMA. Não precisaram ir a julgamento porque resolvemos com negociações políticas e as Prefeituras retiraram as contestações e iniciaram as demarcações.

D.A.: Quem são os parceiros da COIAB? De quem ela recebe ajuda?

G.S.: A relação com



Índios graduandos em Filosofia, São Gabriel da Cachoeira (AM)

nossos parceiros é bastante próspera. Nossos aliados são muitos, como universidades e partidos políticos e, a nível internacional, as organizações de solidariedade que fazem trabalho de apoio no mundo inteiro. As relações que nos dão uma certa vantagem são as com organismos oficiais, como a ONU e o Banco Mundial.

D.A.: E as relações entre a COIAB e a Igreja?

G.S.: No início teve uma relação muito forte, mas agora se procura trabalhar de uma forma aliada, mas independente. Cada um com suas estratégias e princípios. Procuramos ao longo do tempo desenvolver nossos próprios líderes. Isso

não é negar o apoio da Igreja, que tem sido muito importante historicamente. É a mesma relação que temos com outros aliados e que mostram o novo perfil do movimento indígena hoje.

D.A.: Qual o maior desafio para o movimento indígena?

G.S.: Nosso maior desafio atual é a falta de uma política indígena bem definida do governo. Todo mundo questiona. A

FUNAI está sucateada e com os dias contados. A sociedade está disposta a ajudar, mas não há vontade política do governo. Muita gente fica perplexa com isso.

D.A.: Que lições você tira vendo os objetos que seus antepassados fabricavam e usavam?

G.S.: A coisa mais importante para a juventude de hoje é ter a certeza de que as coisas eram assim. É uma maneira de voltar um pouco o tempo. É uma contribuição para a reafirmação da identidade. A nova geração não conhece as tradições e tende a negá-las. Uma exposição ajudaria a reativar isso, ainda mais agora que o período de repressão passou. As pessoas têm que ter a consciência de não negar o passado para compreender melhor o presente. A FOIRN tem uma postura de trabalhar a reafirmação das culturas indígenas através dessa consciência histórica.

* Colaborou Márcio Meira

Os Cientistas

